



Assembleia Legislativa
do Estado do Maranhão

RELATÓRIO 2023

RELATÓRIO INSTITUCIONAL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Histórico

Identidade Organizacional

Competências

Plano de Trabalho

Atividades Desenvolvidas no Exercício

ÁREA ADMINISTRATIVAS

CPL

Diretoria de Administração

Diretoria de Recursos Humanos

Diretoria de Tecnologia da Informação

Procuradoria Geral

Auditoria Geral

Cerimonial

Diretoria de Comunicação Social

Diretoria de Orçamento e Finanças

Gabinete Militar

Diretoria Institucional

Escola do Legislativa

Creche Escola

ÁREA LEGISLATIVA

Diretoria Geral da Mesa

Diretoria de Documentação e Registro

Diretoria Legislativa

Diretoria de Administração do Plenário

RELAÇÃO DOS ADMINISTRADORES: Gestão : 01/02/ 2023 a 31/01/2025

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ATO E DATA DE NOMEAÇÃO	ENDEREÇO
IRACEMA CRISTINA VALE LIMA	Presidente	Ata de Posse Diário da ALEMA 01/02/2023	AV MONSENHOR GELTIL, 219 , URBANO SANTOS
RODRIGO PIRES FERREIRA LAGO	1º Vice Presidente	Ata de Posse Diário da ALEMA 01/02/2023	AV JORNALISTA MIERCIO JORGE, 501 - COD CLASSIC HOME QD 18 - LOTE 17 - BLOCO JADE APT 1102 - RENASCENCA II – SÃO LUIS
ANTÔNIO PEREIRA FILHO	1º Secretário	Ata de Posse Diário da ALEMA 01/02/2023	RUA MIRAGEM DO SOL, 27 - RENASCENCA II – SAO LUIS
JOSÉ ROBERTO COSTA SANTOS	2º Secretário	Ata de Posse Diário da ALEMA 01/02/2023	AV DOS HOLANDESES, 703 - COND PALAZZO VERONA - T LAGUNA – SÃO LUIS
OSMAR GOMES DOS SANTOS FILHO	3º Secretário	Ata de Posse Diário da ALEMA 01/02/2023	AV MAHIBA AZAR QD L CS, OLHO D'AGUA – SÃO LUIS
BIVAR GEORGE JANSEN BATISTA	Procurador Geral	Resolução Adm. 079/2023 02.02.2023	AV DOS HOLANDESES COND SPORT GARDEN BL B APT 1204, PONTA D AREA – SÃO LUIS
ANA IZABEL SILVA ALEXANDRE CHAVES	Auditora Geral	Resolução Adm.074/2023 02.02.2023	AV DANIEL DE LA TOUCHE 987 CON ILHA PARQUE TORRE 3, COHAJAP – SÃO LUIS
MADY LAINY PAULA DE SOUZA	Auditora Geral	Resolução Adm.758/2023 28.04.2023	RUA DOS SAPOTIS COND AMARAL DOS MATOS, N 10 – QD 24, MAIOBAO – PAÇO DO LUMIAR
RICARDO DA COSTA SILVA BARBOSA	Diretor-Geral	Resolução Adm. 066/2023 02.02.2023	RUA H15 COND ILHAS GREGAS BLOCO 3 APT 506, PARQUE SHALLON – SÃO LUIS
RICARDO TADEU MATOS SOUSA	Presidente da CPL	Resolução Adm. 071/2023 02.02.2023	RUA DA ENGENHARIA,QD 13,CS, COHAFUMA – SÃO LUIS
WANEISSA MARIA SANTOS VIANA	Presidente da CPL	Resolução Adm. 1053/2023 01.08.2023	RUA DO ARAME, 10 - JD SAO CRISTOVAO – SÃO LUIS
LYLIAN LETYCIA MALHEIROS DE SALLES SOARES	Diretor de Orçamento e Finanças	Res. Adm. 069/2023 02.02.2023	RUA CARCARAS LOTE 04 CASA 03 COND ATLANTIC VILLE, OLHO D'AGUA – SÃO LUIS

APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta informações das atividades realizadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão no exercício de 2023. Vem informar à sociedade as ações de representação, legislação e fiscalização balizadoras de todas as atividades da ALEMA.

A Assembleia do Maranhão tem buscado desempenhar suas ações de modo participativo como: quando realiza audiências públicas para colher propostas da população que poderão ter incidência direta nas leis, quando os gestores do Poder Executivo comparecem para apresentar suas propostas de planejamento, no processo de revisão do Plano Plurianual de Ação, quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual e dos projetos de lei e em todas as proposições que tramitam na Assembleia.

Também desempenha funções informativas, educacionais e de orientação. Promove cursos de treinamentos, de atualização e de pós-graduação. Repassa técnicas administrativas, adota soluções para a melhoria das leis, incentiva a participação popular, entre outras ações.

Conta com uma estrutura organizacional capaz de oferecer o adequado suporte técnico/ administrativo à função parlamentar, política e à promoção da cidadania.

O Poder Legislativo tem como função principal a elaboração de leis e fiscalização de atos dos demais eixos da Administração Pública. Embora esta seja sua atividade típica, nossos legisladores também podem tratar de assuntos ligados à natureza administrativa de seu pessoal, no tocante à organização, saúde, educação e lazer dos servidores.

No âmbito da casa parlamentar portanto, promove cursos de treinamento, atualização e pós-graduação, repassa técnicas administrativas, adota soluções para a melhoria das leis, e incentiva a participação popular, entre outras inúmeras ações.

Para desenvolver todo esse trabalho, a ALEMA conta com uma estrutura organizacional capaz de oferecer o adequado suporte técnico/administrativo à função parlamentar, política e à promoção da cidadania.

HISTÓRICO

Examinar a história da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão é, antes de tudo, fazer uma belíssima viagem no tempo e contemplar episódios importantes da vida nacional e do Estado, que marcaram a política do País, a partir do Primeiro Império até chegar à noção de democracia que se tem hoje, cujo princípio fundamental é a ideia de que o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

O fato mais longínquo, atrelado ao parlamento estadual, reporta à primeira Constituição Brasileira, de 1824, outorgada por D. Pedro I, que criou os Conselhos Gerais das

Províncias (nessa época ainda não havia estados e municípios). Essas estruturas não tinham poderes legislativos, mas a elas competia elaborar projetos de interesse específico da região, de acordo com o grau de urgência e necessidade.

Apesar de a Carta Magna ter vigorado a partir de 1824, o Conselho Geral da Província só foi instalado no Maranhão a 1º de dezembro de 1829, num dos salões superiores ao lado direito da Capela-Mor da Sé, onde hoje está edificado o Palácio Episcopal, na praça Pedro II. Os conselheiros, em número de 21, não poderiam ter idade inferior a 25 anos.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO:

Legislar em benefício dos cidadãos e da comunidade maranhense, fiscalizar os atos do Poder Executivo, induzir e construir Políticas Públicas sintonizada com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, agindo de forma transparente, independente e harmônica, com os outros Poderes e com a sociedade organizada.

VISÃO:

Ser modelo de excelência organizacional nos serviços que presta à comunidade e nas relações institucionais com o público.

VALORES:

Ética – agir conforme os princípios da moralidade, legalidade e impessoalidade;

Transparência – dar publicidade e clareza aos atos;

Compromisso – cumprir e respeitar a identidade organizacional;

Respeito – dar tratamento igualitário nas relações humanas, ouvindo de forma competente e solidária;

Desenvolvimento – buscar constantemente a excelência através de melhoria contínua da força de trabalho e da utilização de melhores práticas;

Urbanidade – atender com cortesia, polidez, caráter urbano e boas maneiras;

Disciplina – esforço continuado de atuar no sentido das ordens recebidas.

COMPETÊNCIA:

As competências legais da Assembleia Legislativa estão consignadas nos artigos 30 e 31 da Constituição do Estado do Maranhão, abaixo transcritos:

Art. 30 - Ressalvados os casos de sua competência exclusiva, cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor sobre todas as matérias da competência do Estado e, em especial:

- I. *tributação, arrecadação e aplicação dos recursos do Estado;*
- II. *plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;*
- III. *fixação e modificação do efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares;*
- IV. *transferência temporária da sede do Governo Estadual;*
- V. *organização administrativa, judiciária, do Ministério Público, da Procuradoria Geral e da Defensoria Pública do Estado;*
- VI. *criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;*
- VII. *criação estruturação e atribuição das Secretarias de Estado ou órgãos equivalentes e outros da administração pública estadual;*
- VIII. *matéria financeira;*
- IX. *concessão para exploração de serviços públicos;*
- X. *autorização para alienar bens imóveis do Estado e o recebimento de doações com encargos, não se considerando como tal a simples destinação específica do bem.*

Art. 31 - É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

- I. *eleger sua Mesa Diretora e constituir suas comissões;*
- II. *elaborar seu Regimento Interno;*
- III. *dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus servidores e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;*
- IV. *fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados, obedecendo os limites da Constituição Federal;*
- V. *fixar, em cada exercício financeiro, a remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado ou ocupante de cargo equivalente, observado o disposto na Constituição Federal;*
- VI. *dar posse ao Governador e ao Vice-Governador do Estado e conhecer de suas renúncias;*
- VII. *conceder licença ao Governador para interromper o exercício de suas funções, bem como autorizá-lo e ao Vice-Governador a se ausentarem do Estado e do País quando a sua ausência exceder a quinze dias;*
- VIII. *processar e julgar o Governador e o Vice-Governador do Estado nos crimes de responsabilidade, e os Secretários de Estado ou ocupante de cargo equivalente, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;*
- IX. *destituir do cargo o Governador e o Vice-Governador do Estado, após condenação por crime comum ou de responsabilidade;*
- X. *proceder a tomada de contas do Governador do Estado, quando estas não forem apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;*

- XI. *julgar, anualmente, as contas do Governador do Estado e do Tribunal de Contas do Estado;*
- XII. *Escolher quatro membros do Tribunal de Contas do Estado;*
- XIII. *aprovar, previamente por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos membros do Tribunal de Contas do Estado;*
- XIV. *destituir do cargo de Procurador-Geral da Justiça, por maioria absoluta e voto secreto, antes do término do mandato e na forma de lei complementar;*
- XV. *aprovar convênios intermunicipais para modificação de limites;*
- XVI. *solicitar a intervenção federal para garantir o livre exercício de suas atribuições;*
- XVII. *aprovar ou suspender a intervenção em município;*
- XVIII. *suspender, no todo ou em parte, a execução de lei ou ato normativo estadual ou municipal, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Tribunal de Justiça, quando esta se limitar a texto da Constituição do Estado;*
- XIX. *sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;*
- XX. *fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;*
- XXI. *dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia do Estado em operações de crédito;*
- XXII. *zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;*
- XXIII. *aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a duzentos hectares, excetuadas as que se destinarem à reforma agrária;*
- XXIV. *mudar temporariamente sua sede;*
- XXV. *dispor sobre o sistema de previdência dos seus membros, autorizando convênios com outras entidades;*
- XXVI. *autorizar o Poder Executivo a realizar investimentos sob a forma de subscrição de ações de bancos oficiais, sociedades de economia mista e empresas estatais.*

DEPUTADOS 20ª LEGISLATURA

Abigail
Aluízio Santos
Ana do Gás
Andreia Rezende
Arnaldo Melo
Antonio Pereira
Ariston
Júnior Cascaria
Carlos Lula
Wellington do Curso
Cláudia Coutinho
Cláudio Cunha
Daniella Tema
Davi Brandão
Edna Silva
Fabiana Vilar
Fernando Braide
Francisco Nagib
Glalber Cutrim
Guilherme Paz
Hemetério Webá
Iracema Vale
Janaina Ramos
Neto Evangelista
Júnior França
Roberto Costa
Júlio Mendonça
Juscelino Marreca
Leandro Bello
Mical Damasceno
Osmar Filho
Othelino Neto
Rafael Leitoa
Florêncio Neto
Ricardo Arruda
Ricardo Rios
Rildo Amaral
Rodrigo Lago
Solange Almeida
Drª Vivianne
Eric Costa
Dr. Yglesio
Pará Figueiredo (suplente)
Zé Inácio (suplente)

PLANO DE TRABALHO

Não há programas finalísticos desenvolvidos por este Poder no exercício de 2023. Todas as Ações têm como produto a classificação *medida pela despesa* e como unidade de medida *unidade*.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO

O Orçamento total da Assembleia Legislativa para o Exercício de 2023 teve como dotação inicial o valor de R\$ 533.299.000,00 (quinhentos e trinta e três milhões duzentos e noventa e nove mil reais), aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA n.º 11.871 de 29 de dezembro de 2022. No decorrer do exercício, o referido orçamento foi incrementado em R\$ 83.216.981,00 (oitenta e três milhões duzentos e dezesseis mil novecentos e oitenta e um reais), ou seja, em torno de 15,60%, valor este, na sua totalidade, decorrente de recursos provenientes do Poder Executivo para cobrir demandas com folha de pessoal e custeio.

Nesse contexto, o orçamento aprovado da Assembleia Legislativa atualizado foi da ordem de R\$ 616.515.981,00 (seiscentos e dezesseis milhões quinhentos e quinze mil novecentos e oitenta e um reais), e teve sua execução em torno de 99,97% do orçamento aprovado, ficando ainda R\$ 3.262.425,92 (três milhões duzentos e sessenta e dois mil quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos) inscritos em restos a pagar não processados e R\$ 5.192.067,14 (cinco milhões cento e noventa e dois mil sessenta e sete reais e quatorze centavos) inscritos em restos a pagar processados.

No que tange à Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da relação dos gastos com pessoal e Encargos Sociais em confronto com a Receita Corrente Líquida alcançamos um percentual de 2,10%. Para o último quadrimestre de 2023 um novo limite legal foi estabelecido pela Resolução Administrativa n.º 1.086 de 25.08.2023, tendo como Limite Prudencial de 1,99% e Limite Legal de 2,10, com efeitos até 31.12.2023.

Podemos observar acentuado acréscimo com relação a 2022, fato esse que deu-se em obediência a Lei Complementar n.º 178 de 13 de janeiro de 2021, ainda reflexo, haja vista a impossibilidade de abatimentos da despesa total com o Fepa, uma vez que tal se vincula a possibilidade de receitas do Fundo, e ainda a retirada por completo a dedução dos Inativos com Recursos não Vinculados e também o Imposto de Renda, descontos esses que se davam em decorrência das Instruções e Decisões plenárias do TCE/MA, interferindo no resultado, bem como uma receita instável e pouco impactante aos cofres públicos, não crescendo em conformidade com as despesas legais.

Um fator complicante a apuração de resultado é a dedução dos Inativos com recursos vinculados está diretamente relacionado a Receita do Fundo de Previdência do Estado do

Maranhão – FEPA, pois nos causa lacunas de abatimentos e limites impostos pelas apropriações realizadas pelo mesmo.

Tendo em vista uma nova legislatura, de novos parlamentares e como consequência nova gestão, despesas de pessoal tiveram um crescimento de 20,42%, fator preponderante ao alcance desses índices, uma vez que a RCL teve incrementos da ordem de 4,31%, empurrando os índices do Poder Legislativo pra cima.

No que diz respeito a Observância à Lei de Responsabilidade Fiscal, ressaltamos o cumprimento deste Poder, não só aos limites da LRF mas também no que se trata da publicação do Relatório da Gestão Fiscal, uma vez que todos os quadrimestres foram colocados à disposição da sociedade em período hábil através da publicação no Diário deste Poder, do Portal da Transparência, bem como de envio ao SICONFI/STN. Cumprimos fielmente os prazos no 1º, 2º e 3º quadrimestres, e com as devidas Notas Explicativas.

Vale ressaltar o compromisso da Assembleia Legislativa com a sociedade, não só na elevação de procedimentos e aplicações de recursos públicos, como também na transparência dos mesmos para visão do público em geral. Certo disso, todas as informações estão sendo regularmente publicadas no Portal da Transparência, sendo constatado que a mesma possui nível de transparência B com Nota 8,56, conforme última avaliação do TCE-MA para o período de 03 de agosto de 2023 a 06 de março de 2024, através da Ordem de Serviço SEFIS/NUFIS I N.º 10/2023, em conformidade com o previsto no art. 18, inciso II e III, c/c o art. 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e demais leis.

Com relação ao Plano de Trabalho, destacamos que a Assembleia Legislativa não possui, em seu orçamento, nenhuma ação de caráter finalístico, com produto, ficando, na sua totalidade, todos os seus gastos, medidos pela despesa.

Apresentaremos a seguir o Relatórios das atividades desenvolvidas pela nossa atividade fim, ou seja, pelo Parlamento desta casa Legislativa, através da nossa Diretoria Geral da Mesa para a 1ª sessão legislativa da 20ª legislatura.

Ato contínuo, será visualizado o relatório da nossa instituição de treinamento, através da Escola do Legislativo, que apresentará as atividades desempenhadas por este Poder na área de capacitação a servidores e da sociedade em geral.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
- ANO 2023-**

- **DIRETORIA GERAL DA MESA**
- **DIRETORIA LEGISLATIVA**
- **CONSULTORIA LEGISLATIVA**
- **DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO**

**SÃO LUÍS
2023**



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

BRÁULIO MARTINS
Diretor Geral da Mesa

MÁNETON ANTUNES DE MACÊDO
Diretor Legislativo

LUZENICE MACEDO MARTINS
Consultora Geral

CARMEN SILVA LIRA NETO
Diretora de Documentação e Registro



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

APRESENTAÇÃO

Trata-se de Relatório Quantitativo e Situacional de Atividades Legislativas realizadas na Casa durante o ano de 2023, no período de 2 de fevereiro a 19 de dezembro de 2023.

O presente relatório tem como objetivo fornecer informações sobre a quantidade de proposições legislativas e a situação delas, em uma análise de conjuntos definidos por proponente e por tipo de proposição. Assim, é indicada a quantidade de proposições de cada um dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), da Defensoria Pública do Estado, do Ministério Público do Estado e do Tribunal de Contas do Estado, separadas por tipo e por situação.

Do mesmo modo é indicada a quantidade de sessões legislativas realizadas no período, bem como das que, não tendo sido realizadas, foram encerradas mediante termo de ata.

Ao longo desse período foram realizadas diversas reuniões deliberativas, audiências públicas e visitas, resultando em proveitoso trabalho na apreciação de proposições nas comissões técnicas. No presente relatório serão abordados os dados quantitativos referentes aos encaminhamentos das Proposições Legislativas, bem como serão resumidamente relatadas as atividades das Comissões Técnicas Permanentes e Temporárias.

Ao final, são apresentadas as atividades de arquivamento e registro dos atos legislativos.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

I - PERÍODO DE ANÁLISE: 02.02.2023 – 18.12.2023

II - SETORES RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES:

1. DIRETORIA GERAL DA MESA

1.1. Núcleo de Controle de Atos

1.2. Núcleo de Atas

2. DIRETORIA LEGISLATIVA

3. CONSULTORIA LEGISLATIVA

4. DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO

III – DIRETORIA GERAL DA MESA

1. INDICADORES DE QUANTIDADE E DE SITUAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

PROPOSIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

INDICAÇÕES

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
APRESENTADAS	7656
DEFERIDAS	7656



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

REQUERIMENTOS

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
APRESENTADOS	545
APROVADOS	218
REJEITADOS	1
DEFERIDOS	76
INDEFERIDOS	0
RETIRADOS	0
PREJUDICADOS	2

MOÇÕES

SITUAÇÃO	Total
PENDENTE DE VOTAÇÃO	57
APROVADO(A)	1
RETIRADO(A) DE TRAMITAÇÃO	2
Total Geral	60

PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL

SITUAÇÃO	Total
PENDENTE DE VOTAÇÃO	3
APROVADO(A)	2
Total Geral	5



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

SITUAÇÃO	Total
PENDENTE DE VOTAÇÃO	277
APROVADO(A)	231
RETIRADO(A) DE TRAMITAÇÃO	18
PREJUDICADO(A)	50
REJEITADO(A)	157
ANEXADO(A)	26
VETADO(A) PARCIALMENTE	11
VETADO(A) INTEGRALMENTE	16
Total Geral	786

PROJETOS DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA

SITUAÇÃO	Total
PENDENTE DE VOTAÇÃO	35
APROVADO(A)	52
PREJUDICADO(A)	1
RETIRADO(A) DE TRAMITAÇÃO	4
ANEXADO(A)	1
Total Geral	93

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

SITUAÇÃO	Total
APROVADO(A)	10
Total Geral	10

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

SITUAÇÃO	Total
PENDENTE DE VOTAÇÃO	1
Total Geral	1



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROPOSIÇÕES DO PODER EXECUTIVO

PROPOSIÇÃO	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	33
PENDENTE DE VOTAÇÃO	3
APROVADO(A)	30
VETO PARCIAL	16
PENDENTE DE VOTAÇÃO	12
MANTIDO	3
REJEITADO(A)	1
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	30
PENDENTE DE VOTAÇÃO	1
APROVADO(A)	29
VETO TOTAL	32
PENDENTE DE VOTAÇÃO	17
MANTIDO	7
REJEITADO(A)	8
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	2
APROVADO(A)	2
Total Geral	113

PROPOSIÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO

PROPOSIÇÃO	Total
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	2
APROVADO(A)	1
PENDENTE DE VOTAÇÃO	1
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	2
PENDENTE DE VOTAÇÃO	2
Total Geral	4



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROPOSIÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROPOSIÇÃO	Total
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	2
PENDENTE DE VOTAÇÃO	1
APROVADO(A)	1
Total Geral	2

PROPOSIÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

PROPOSIÇÃO	Total
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	1
APROVADO(A)	1
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	2
APROVADO(A)	2
Total Geral	3

PROPOSIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

PROPOSIÇÃO	Total
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	2
PENDENTE DE VOTAÇÃO	1
APROVADO(A)	1
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	2
PENDENTE DE VOTAÇÃO	1
APROVADO(A)	1
Total Geral	4



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2. INDICADORES DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

1. SESSÕES PREPARATÓRIAS: 06
2. SESSÕES ORDINÁRIAS: 110
3. SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS: 07
4. SESSÕES SOLENES: 38
5. SESSÕES ESPECIAIS: 05
6. SESSÕES ORDINÁRIAS ITINERANTES: 02
7. SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS ITINERANTES: 01
8. SESSÕES SOLENES ITINERANTES: 03
9. TERMOS DE ATA: 00



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

IV - DIRETORIA LEGISLATIVA

1. ENCAMINHAMENTO DE PROPOSIÇÕES:

PROPOSIÇÃO	QUANTIDADE
AUTÓGRAFOS DE PROJETOS DE LEI	302
PROMULGAÇÃO DE EMENDA CONSTITUCIONAL	3
PROMULGAÇÃO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA	61
PROMULGAÇÃO DE DECRETO LEGISLATIVO	9
PROMULGAÇÃO DE LEI ORDINÁRIA	9
PROMULGAÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA	35
MINUTAS DE PROJETOS DE LEI	5
MINUTAS DE INDICAÇÃO	13
MINUTAS DE REQUERIMENTO	11
MINUTA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA	5
MINUTA DE PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	6
TOTAL	459

2. COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS:

2.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	35
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	1077
PARECERES REJEITADOS	145
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	33
PARECERES APROVADOS	951
PARECERES PREJUDICADOS	85
AUDIÊNCIA PÚBLICA	4
TOTAL	2330



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

No dia 10/07/2023, a Comissão, conjuntamente com a Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização, realizaram Audiência Pública para discutir sobre Propostas de Emendas à Constituição Federal sobre a Reforma Tributária. Realizada no Auditório “Neiva Moreira”, desta Casa, a Audiência foi Requerimento nº 250/2023, subscrito pelos Senhores Deputados Zé Inácio, Neto Evangelista, Ricardo Arruda e Rodrigo Lago.

No dia 24/08/2023, às 14:00h, no Auditório “Neiva Moreira” foi realizada Audiência Pública para discutir sobre o Tema “Papel do Ministério Público após 1998.

No dia 31/08/2023, às 14:00h, no Auditório “Neiva Moreira” foi realizada Audiência Pública para discutir sobre o Tema “Debate sobre os impactos do racismo na primeira infância”.

No dia 27/09/2023, às 14:00h, no Auditório “Neiva Moreira” foi realizada Audiência Pública para discutir sobre o Tema “Saúde Mental no Maranhão”.

2.2. COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	3
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	14
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	4
PARECERES APROVADOS	14
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIA PÚBLICA	1
TOTAL	36

No dia 29/03/2023, às 14:30h, na Sala das Comissões Deputado “Waldir Filho”, foi realizada uma Audiência Pública, objetivando a demonstração e



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

avaliação das Metas Fiscais referentes aos 2º e 3º Quadrimestres do exercício de 2022.

2.3. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	19
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	21
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	3
PARECERES APROVADOS	21
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	1
TOTAL	65

No dia 18/04/2023, às 14:00h, no Auditório “Neiva Moreira” foi realizada Audiência Pública para discutir sobre o Tema “Enfrentamento da violência nas Escolas”.

2.4. COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGURIDADE SOCIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	3
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	19
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	13
PARECERES APROVADOS	19
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	1
TOTAL	55



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

No dia 02/06/2023, às 9:00h, foi realizada na Sala das Comissões Deputado “Léo Franklin” uma Audiência Pública para sanar óbices quanto à concessão de Aposentadoria Especial aos Policiais Penais do Estado do Maranhão e Servidores Administrativos do Sistema Penitenciário.

2.5. COMISSÃO DE SAÚDE:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	13
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	38
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	0
PARECERES APROVADOS	38
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	2
TOTAL	91

No dia 10/05/2023, às 14:00h, na Sala das Comissões Deputado “Waldir filho”, foi realizada uma Audiência Pública, para Apresentação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), referente ao 3º Quadrimestre do exercício de 2022.

No dia 27/09/2023, às 14h30, no Auditório ‘Fernando Falcão’, foi realizada Audiência Pública com o Tema: Política Pública de Saúde Mental No Maranhão.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2.6. COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	2
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	0
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	0
PARECERES APROVADOS	0
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	0
TOTAL	2

No dia 12/09/2023, às 15h30, no Gabinete da Presidente deste Poder, foi realizada uma Reunião Ordinária com os técnicos do IBGE e IMESC, sobre a necessidade de atualizações das divisões de municípios do Maranhão.

2.7. COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	12
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	44
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	1
PARECERES APROVADOS	44
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	1
TOTAL	102



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

No dia 07/11/2023, às 14h, no Auditório 'Fernando Falcão', foi realizada Audiência Pública com o Tema: Políticas Públicas de valorização da Pessoa idosa no Estado do Maranhão.

2.8. COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	3
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	4
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	1
PARECERES APROVADOS	4
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	0
TOTAL	12

Visita técnica: Em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias, desta Casa Legislativa, foi realizada uma Visita Técnica para Apuração das responsabilidades da tragédia ocorrida no Shopping do rio Anil, localizado na Cidade de São Luís, neste Estado, onde 02 (duas) pessoas vieram a óbito e demais pessoas ficaram hospitalizadas com queimaduras de 2º e 3º graus.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2.9. COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	16
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	4
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	1
PARECERES APROVADOS	4
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	3
TOTAL	28

No dia 20/06/2023, às 14:00h, no Plenário Deputado “Gervásio Santos” – Plenarinho, foi realizada uma Audiência Pública, para discutir sobre o Tema “Resíduos Sólidos no Estado do Maranhão (Lixões)”.

No dia 28/09/2023, às 14:00h, na Sala das Comissões “Deputado Waldir Filho”, foi realizada uma Audiência Pública, para discutir sobre o Tema : discutir a Política Estadual de resíduos com as Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis do Maranhão.

No dia 10/10/2023, às 14:00h, no Plenário Deputado “Gervásio Santos” – Plenarinho, foi realizada uma Audiência Pública, para discutir sobre o Tema objetivando discutir os “Conflitos no Campo”.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2.10. COMISSÃO DE ÉTICA:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	1
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	0
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	0
PARECERES APROVADOS	0
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	0
TOTAL	1

2.11. COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	15
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	11
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	0
PARECERES APROVADOS	11
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	5
TOTAL	42

No dia 18/05/2023, às 14:43h, no Plenário Deputado “Gervásio Santos” – Plenarinho, foi realizada uma Audiência Pública, objetivando discutir a necessidade de voos diretos para os trechos São Luís/ MA-Imperatriz/MA - São Luís/MA e São Luís/MA-Teresina/PI - São Luís/MA, bem como, em alguns trechos do Estado do Maranhão.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

No dia 25/05/2023, às 08:00h, Sala das Comissões Deputado “Waldir Filho”, foi realizada uma Audiência Pública, objetivando discutir sobre a Problemática do elevado preço de comercialização da carne bovina oferecida aos consumidores maranhenses que estão sendo prejudicados por esse alto valor.

No dia 27/06/2023, às 15:00h, Sala das Comissões Deputado “Waldir Filho”, foi realizada uma Audiência Pública, para discussão do Tema “Maranhão livre de Aftosa sem vacinação”.

No dia 05/07/2023, às 14:30h, no Plenário Deputado “Gervásio Santos” – Plenarinho, foi realizada uma Audiência Pública, para discussão do Licenciamento Ambiental no Estado do Maranhão para buscarmos a aperfeiçoá-lo das interfases dos processos ligados as cadeias produtivas de grãos, alumínio, petróleo e gás.

No dia 14/09/2023, às 14h, no Plenário Deputado “Gervásio Santos” – Plenarinho, foi realizada Audiência Pública com o Tema: o desenvolvimento sustentável para tratar de potencial exploração de petróleo e gás natural na margem equatorial faixa de mar que se estende do litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte, inclui cinco bacias sedimentares inclui a bacia\ Pará - Maranhão e Barreirinhas.

2.12. COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	1
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	1
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	0
PARECERES APROVADOS	1
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	0
TOTAL	3



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2.13. COMISSÃO DE TURISMO E CULTURA:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
REUNIÕES ORDINÁRIAS	1
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	5
PARECERES REJEITADOS	0
PARECERES VERBAIS	0
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	4
PARECERES APROVADOS	5
PARECERES PREJUDICADOS	0
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	0
TOTAL	15

❖ **COMISSÃO TEMPORÁRIA (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO):**

Reuniões Deliberativas	<u>03</u>
Reuniões Extraordinárias (oitivas)	<u>05</u>
Audiências Públicas	<u>00</u>

Criada, através da Resolução Administrativa nº 1088/2023, de 14/09/2023, em conformidade com o disposto no Regimento Interno para investigar o favorecimento pessoal de apostadores por meio de ajustes nos resultados de jogos de futebol de times maranhenses.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**FRENTES PARLAMENTARES INSTALADAS E EM ANDAMENTO
ANO/2023**

- Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias do Maranhão. Presidente Senhor Deputado Roberto Costa.
- Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, do Desenvolvimento Rural Sustentável, da Agroecologia e da Regularização Fundiária – FPAF. Presidente Senhor Deputado Júlio Mendonça.
- Frente Parlamentar para Estudo, Diagnostico e Melhoria do Saneamento Básico no Estado do Maranhão. Presidente Senhor Deputado Rafael.
- Frente Parlamentar de Combate à Pobreza - Presidente Senhor Deputado Arnaldo Melo.

NÃO ESTÁ FUNCIONANDO

- Frente Parlamentar de Incentivo ao Desenvolvimento da Região Leste Maranhense. Requerimento nº 145/2023 – autoria Dep. Daniella, Dep. Cláudia Coutinho.
- Frente Parlamentar para o Fortalecimento da COP-30 – Belém/PA 2025. Requerimento nº 261/2023 – autoria Dep. Roberto Costa.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

V - CONSULTORIA LEGISLATIVA

**1. ASSESSORAMENTO EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E RESPECTIVOS
RELATÓRIOS**

OBJETO	COMISSÃO	DATA
Enfrentamento da Violência às Escolas	Educação, Desporto, Ciência e Tecnologia	27/04/23
Sanar óbices quanto à concessão de Aposentadoria Especial aos Policiais Penais do Estado do Maranhão e Servidores Administrativos do Sistema Penitenciário	Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho	02/06/23
Discutir a necessidade de vôos diretos para os trechos São Luís/ MA-Imperatriz/MA e São Luís/MA-Teresina/PI – São Luís, bem como, em alguns trechos do Estado do Maranhão	Assuntos Econômicos	18/05/23
Elevado preço de comercialização da carne bovina oferecida aos consumidores maranhenses que estão sendo prejudicados por esse alto valor	Assuntos Econômicos	25/05/23
Maranhão Livre da Aftosa sem Vacinação	Assuntos Econômicos	27/06/23
Licenciamento Ambiental no Estado do Maranhão para aperfeiçoar cadeias produtivas de grãos, alumínio, petróleo e gás	Assuntos Econômicos	05/07/2023
Resíduos Sólidos no Estado do Maranhão (Lixões)	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	20/06/2023
Relatório 3º Quadrimestre do Exercício 2022	Saúde	10/05/23
Demonstração e Avaliação das Metas Fiscais – 2º e 3º Quadrimestre de 2022	Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle	29/03/23
Lei Paulo Gustavo – implementação no Maranhão	Cultura e Turismo e Dep. Zé Inácio	07/07/23
Reforma Tributária	Constituição e Justiça e Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle	10/07/23



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2. ESTUDOS TÉCNICOS-LEGISLATIVOS

- **Revisão da Constituição Estadual e respectivas Emendas (em curso)** - Consultores Luzenice Macedo e Suzamira Moura; Assessores Olívio Rosa e Alessandra Frasão; para publicação online para Diretoria Administrativa/ Diretoria Geral da Mesa e CCJ;
- **Desenvolvimento de fluxograma do Processo Legislativo da Assembleia Legislativa do Maranhão** – Consultores Luzenice Macedo, Anderson Rocha, Ronald Carneiro e Wagner Araújo para a CCJ;
- **Revisão geral do Regimento Interno incluindo as competências das Comissões Permanentes** da Assembleia Legislativa do Maranhão para a Mesa Diretora;
- **Levantamento de obras de manutenção rodoviária financiadas pelo DNIT no Maranhão** – Consultora Thiara Pereira para a Comissão de Obras;
- **Levantamento de obras paralisadas e inacabadas em escolas maranhenses financiadas pelo FNDE** – Consultora Thiara Pereira para a Comissão de Educação;
- **Case de Educação em Sobral/ CE** - Consultora Thiara Pereira para a Comissão de Educação;
- **Case de Educação de Teresina/ PI** – Consultora Thiara Pereira para Comissão de Educação;
- **Levantamento das normas referente às Pessoas com Deficiência** – Consultora Ana Elvira Bouéres e Assessor Lucas Leão para Dep. Andréa Rezende;
- **Levantamento do nível de implementação da Lei Paulo Gustavo** – Consultora Ana Elvira Bouéres para Dep. Zé Inácio;
- **Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais** – Consultor Aristides Lobão Neto para o Dep. Antonio Pereira;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- **Compêndio da legislação maranhense por matérias** – Consultora Suzamira Moura e Assessora Lindinalva Lindoso;
- **Estudo Técnico Sobre a Lei da Liberdade Econômica (Projeto de Lei 032/2023)** – Consultor Aristides Lobão Neto.

3. OFERTA DE CURSOS E PALESTRAS - DESTAQUE

- **CURSO: Formação Básicas para Assessoramento Parlamentar** – Consultores Anderson Rocha, Ana Elvira Boueres, Flávio Olímpio, Guilherme Lima, Luzenice Macedo, Suzamira Moura, Thiara Pereira, Wagner Araújo, nos dias 21, 22 e 23 de março de 2023, junto à Escola do Legislativo;
- **CURSO: Emendas Parlamentares** – Consultores Thiara Pereira e Flávio Olímpio, dias 05 e 06 e junho de 2023, junto à Escola do Legislativo;
- **CURSO: Legística** – Consultores Ana Elvira Boueres, Guilherme Lima e Wagner Araújo, dia 16 de junho de 2023, para Assessores Técnicos das Diretorias Geral da Mesa, Administrativa, Tecnologia da Informação e Registro;
- **AULÃO: Regimento Interno da Assembleia Legislativa e Estatuto do Servidor Público do Maranhão**, para público em geral, Consultor Anderson Rocha junto à ELEMA, dias 11, 12 e 13 de julho de 2023;
- **PALESTRAS: Atuação do Legislativo** - Programa Visita Cidadã: Consultores Flávio Olímpio e Wagner Araújo para Estudantes de Direito da UNDB; dias 11, 12 e 18 de abril de 2023.

4. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Conselho Estadual de Meio Ambiente, Consultora Luzenice Macedo Martins;

Representação: 59ª Reunião Ordinária, maio/2023;

Representação: 58ª Reunião Extraordinária, fev/2023;

Representação: 21ª Reunião Extraordinária. maio/2023.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

5. QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES	QUANT.
1. Nota Técnica – Projeto de Lei (Constitucionalidade e Mérito)	438
2. Nota Técnica - Projeto de Lei Complementar	5
3. Nota Técnica – Projeto de Resolução Legislativa	5
4. Nota Técnica – Veto à Projeto de Lei	19
5. Nota Técnica – Emenda à Constituição	2
6. Nota Técnica – Medida Provisória	20
7. Elaboração – Nota Técnica	30
8. Elaboração de Projeto de Lei	10
9. Elaboração de Projeto de Resolução Administrativa	-
10. Elaboração de Substitutivo	-
11. Elaboração de Projeto de Resolução Legislativa	2
12. Elaboração de Emenda à Constituição	-
13. Elaboração de Pronunciamento	2
14. Estudos Técnicos-Legislativo	12
15. Relatório de Audiências Públicas	11
16. Assessoramento às Reuniões de Comissões Permanentes	61
17. Assessoramentos Específicos	223
18. Entrevistas	22
19. Palestras	10
20. CPI	-
TOTAL DE ATIVIDADES REGISTRADAS	872



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

VI - DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO

1. ATIVIDADES:

Durante esse período foram desenvolvidas as atividades parlamentares abaixo relacionadas, as quais foram acompanhadas pelos Núcleos de Áudio, Taquigrafia e Revisão Taquigráfica, sendo todas devidamente transcritas e revisadas:

**1.1. REGISTRO E TRANSCRIÇÃO DE SESSÕES LEGISLATIVAS,
AUDIÊNCIAS, CPIs:**

ATIVIDADE	QUANTIDADE
SESSÕES PLENÁRIAS ORDINÁRIAS	110
SESSÕES PLENÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS	7
SESSÕES SOLENES	38
SESSÕES ESPECIAIS	5
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	44
SESSÕES PREPARATÓRIAS	6
ASSEMBLEIAS ITINERANTES	2
ASSEMBLEIA EM AÇÃO	0
CPI (REUNIÕES)	8
PARLAMENTO AMAZÔNICO	1
SABATINA	1
TOTAL	222

Os ANAIS da Casa estão sendo colecionados e revisados pelo Núcleo de Biblioteca para posterior encadernação.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1.2. ARQUIVAMENTO E CONSERVAÇÃO:

No Núcleo de Controle de Legislação foram devidamente anotados e arquivados nas devidas pastas os seguintes documentos:

DOCUMENTO	QUANTIDADE
PROJETOS DE LEI	285
MENSAGENS GOVERNAMENTAIS	38
PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR	5
PROJETOS DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA	49
PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO	5
PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL	2
MOÇÕES	2
MEDIDAS PROVISÓRIAS	29
TOTAL	415

1.3. SANÇÕES:

DOCUMENTO	QUANTIDADE
LEIS	291
LEIS COMPLEMENTARES	7
TOTAL	298

1.4. PROMULGAÇÕES:

DOCUMENTO	QUANTIDADE
RESOLUÇÕES LEGISLATIVAS	57
DECRETOS LEGISLATIVOS	7
TOTAL	64



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO MARANHÃO**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

ANO 2023



RELATÓRIO DE ATIVIDADES



**ESCOLA DO
LEGISLATIVO**
DO MARANHÃO

**SÃO LUÍS
2023**

20ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

Presidente: Deputada Iracema Vale

1º Vice-Presidente: Deputado Rodrigo Lago

2º Vice-Presidente: Deputado Arnaldo Melo

3º Vice-Presidente: Deputada Fabiana Vilar

4º Vice-Presidente: Deputada Andrea Martins Rezende

SECRETARIA

1º Secretário: Deputado Antônio Pereira

2º Secretário: Deputado Roberto Costa

3º Secretário: Deputado Osmar Filho

4º Secretário: Deputado Guilherme Paz

DIRETORIA GERAL

Diretor: Ricardo da Costa Silva Barbosa

Diretora adjunta: Denise de Fátima Gomes de
Figueiredo Soares Farias

DIRETORIA GERAL DA MESA

Diretor: Bráulio Nunes Martins

Diretora adjunta: Ana Sumika Ericeira Tanaka Martins

FICHA CATALOGRÁFICA

RELATÓRIO – EQUIPE RESPONSÁVEL

Efraim Lopes Soares

Luana Amum Barbosa Vieira Góes

ESCOLA DO LEGISLATIVO DO MARANHÃO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Diretora: Silvana de Oliveira Leal

Diretora adjunta: Juliana de Assis Guerra

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Efraim Lopes Soares

Héryca Pinheiro Araujo

Luana Amum Barbosa Vieira Góes

Tereza Cristina Brito Moreira Lima

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Alessandro Antonio Freitas

Danilo Jorge Castro Santos

Lindinalva Silva Baima

Luis Alberto Trabulsi Lisboa

Miqueas Santos de Carvalho

Terezinha de Jesus Silva Lima

Valtair Barbosa Lima

CONTATOS

3269-3716

3269-3717

3269-3718

escoladolegislativo.ma@gmail.com



SUMÁRIO

- 01** DELINEAMENTO DAS ATIVIDADES
- 02** FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
PROFISSIONAL
- 03** CONVÊNIOS
- 04** EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA
- 05** INTEGRAÇÃO COM OUTRAS
ESCOLAS DE GOVERNO
- 06** APOIO A REALIZAÇÃO DE
ATIVIDADES EXTRAS
- 07** PROJETOS ELABORADOS
- 08** PRÓXIMOS PASSOS

APRESENTAÇÃO



A Escola do Legislativo do Maranhão (ELEMA), criada pela Resolução Legislativa nº 480 de 15 de dezembro de 2005, surge para efetivar uma determinação posta na Constituição Federal de 1988, especificamente no §2º, do artigo 39, que dispõe que a União, os Estados e o Distrito Federal manterão Escolas de Governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.

Atualmente, integrando a Diretoria de Desenvolvimento Social da Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA), a ELEMA é o setor responsável pelas ações pedagógicas implementadas pelo parlamento Maranhense. É destinada ao aprimoramento profissional por meio do ensino, constituindo-se em um espaço de qualificação profissional, reflexão democrática, formação política e educação para a cidadania, além de propiciar processos de criação, sistematização e difusão de conhecimentos técnicos especializados em diversas áreas de conhecimento.

***A ELEMA é o
setor responsável
pelas ações
pedagógicas
implementadas
pelo parlamento
maranhense.***

Acrescenta-se que o trabalho desenvolvido pela ELEMA tem como parâmetro norteador a concepção de que o sucesso das organizações, sejam elas públicas ou privadas, está diretamente ligado aos recursos humanos e ao conhecimento disponível. Por isso, é necessário desencadear um processo de mudança, tanto em nível pessoal quanto organizacional, por meio de ações que busquem a formação e a consolidação de uma cultura baseada na competência, na produtividade e no conhecimento.

Portanto, com a finalidade de capacitar o servidor público e fortalecer a atuação do Poder Legislativo para construção de uma sociedade ética, justa e inclusiva, a ELEMA disponibilizou, neste ano de 2023, aos seus servidores, dependentes e a comunidade em geral, uma série de atividades que se ajustam às concepções e princípios adotados por esta Casa. Precisamente, em igualdade de relevância, a Escola promove amplo processo de formação política e educação para a cidadania, no âmbito do Estado, oportunizando a reflexão crítica e criativa das relações sociais de modo a incidir, progressivamente, na melhoria das condições de vida do povo, incentivando-o a ocupar os espaços de participação, entre eles o parlamento maranhense.

Os dados que se seguem traduzem parte de todo esse esforço formativo e de capacitação empreendidos ao longo de 2023 por toda a equipe da Escola do Legislativo. Os frutos desse aprendizado continuaremos colhendo nos próximos anos.

71

cursos realizados

500h

*carga horária
dispensada*

2.323

participantes



1. DELINEAMENTO DAS ATIVIDADES

A ELEMA tem uma regularidade nos cursos oferecidos na busca de atender às demandas das unidades administrativas da ALEMA previsto em um calendário prévio e organizados em forma de palestras, cursos e treinamentos. Em regra, o conteúdo programático dessas atividades é apresentado em módulos didáticos, a partir de planos de cursos elaborados pelos respectivos professores/instrutores e aprovados pela equipe da coordenação pedagógica da Escola.

Para chegarmos no quadro geral de tudo aquilo que poderia ser desenvolvido no respectivo ano, realizamos um mapeamento de necessidades sobre treinamentos e cursos a partir de um questionário específico direcionado a todas as diretorias e gabinetes da ALEMA. Partimos assim de um planejamento que tem como lastro a participação de diferentes atores, com o intuito de oferecer atividades que atendam a diversidade presente no interior da ALEMA.

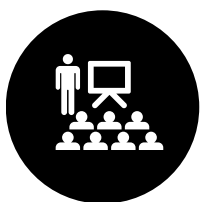
Soma-se a esse conjunto, as ações previstas pela equipe administrativa e pedagógica da Escola tendo por base a totalidade de necessidades inferidas durante o ano anterior. Assim, para além dos treinamentos e cursos apontados pelos servidores, a Escola acrescenta outros que possam suprir demandas recorrentes do cotidiano da ALEMA. Não por acaso, a participação dos servidores em eventos compatíveis com a atividade legislativa, como por exemplo os da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL), são de suma importância no aprimoramento de projetos pensados para o respectivo ano.

Orientada pelos valores e compromissos institucionais, esta Escola tem como matéria-prima o conhecimento que é produzido e mobilizado dentro da ALEMA. Assim, construído coletivamente, esse conhecimento se faz na prática, nas atividades parlamentares e no dia a dia do trabalho legislativo desenvolvido por cada diretoria. Por fim, a ELEMA ajuda a organizar, articular e disseminar esse conhecimento, além de estimular sua produção.



1.1 Visão geral

Neste relatório, apresentaremos as atividades realizadas em 2023, agrupando-as por áreas de concentração. Estas expressam as informações e os resultados de tudo aquilo que foi pensado e realizado para as diversas Diretorias e departamentos da ALEMA, bem como para os demais setores da sociedade civil. A divisão visa facilitar a compreensão e o acesso dos servidores ao trabalho efetivado no âmbito da Escola do Legislativo.



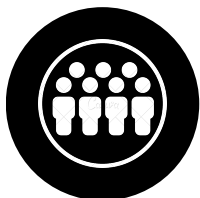
Nº 01 – **Formação e aperfeiçoamento profissional**

Área que reúne o conjunto de atividades voltadas para a formação e capacitação dos servidores públicos da ALEMA e das demais instituições do Estado e Municípios, como também de segmentos da sociedade civil, por meio de ações voltadas para o aprofundamento de conhecimentos sobre política, gestão pública, Poder Legislativo e cidadania.



Nº 02 – **Convênios**

Área que reúne as parcerias realizadas com outras instituições públicas e privadas sediadas dentro e/ou fora do estado do Maranhão, visando efetivar cursos e outros eventos para o intercâmbio de informações, experiências e conhecimentos.



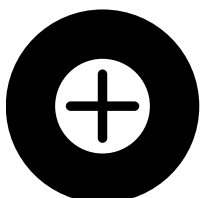
Nº 03 – **Educação para a cidadania**

Área que reúne o conjunto de projetos destinados a promoção de ações de educação para a cidadania, com o intuito de melhor acolher e ampliar a participação da sociedade nas atividades do Legislativo. Se efetiva por meio de parcerias entre a ALEMA e as instituições acadêmicas, como também demais agentes públicos das câmaras municipais maranhenses. Entre os principais projetos, destacam-se: Assembleia Itinerante, Visita Cidadã e Parlamento Estudantil.



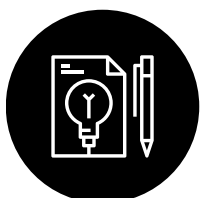
Nº 04 – Integração com outras escolas de governo

Área que se destina a destacar as articulações, de livre adesão, desta Escola Legislativa com outras múltiplas e diferenciadas instituições governamentais maranhenses interessadas e engajadas na capacitação, formação e desenvolvimento de servidores e agentes públicos.



Nº 05 – Apoio à realização de atividades extras

Área que reúne todas as atividades realizadas por outras diretorias da ALEMA, como também instituições parceiras, mas que a Escola integrou apenas parcialmente da organização, destinando parte do quadro de servidores para a operacionalização, ou mesmo na certificação dos respectivos participantes do evento.



Nº 06 – Projetos elaborados

Área que reúne os projetos pensados e elaborados pela equipe técnica da coordenação pedagógica, com o objetivo de promover uma gestão que incorpore melhores práticas e inovações no campo da educação legislativa e cidadã. Entre os principais projetos, destacam-se: 1) A formação para a democracia e a disseminação do saber legislativo; 2) Participação e controle social: aproximando o legislativo da sociedade; 3) Conexão ALEMA; 4) Bem-vindos a bordo: programa de ambientação para novos servidores; 5) Criação de hotsite para a ELEMA: ampliação e integração com o público interno e externo e, 6) Estudos e pesquisa: provendo a reflexão crítica.

1.2 Análise quantitativa

A Tabela a seguir apresenta, de modo geral, o quantitativo de todas as atividades que foram desenvolvidas e/ou apoiadas por esta Escola, como também os participantes e a carga hora, conforme cada área de concentração.

Área	Atividades	Público-alvo
Formação e aperfeiçoamento profissional	43	Servidores(as), dependentes, instituições públicas e privadas e sociedade civil em geral.
Convênios	04	Instituições públicas e privadas do Maranhão e demais Estados.
Educação para a cidadania	04	Estudantes das redes pública e privada de ensino de todos os níveis, classe política e demais segmentos sociais do Estado.
Integração com outras escolas de governo	01	Escolas de Governo do estado do Maranhão.
Apoio à realização de atividades extras	09	Deputados(as) e demais setores da ALEMA.
Projetos elaborados	06	Interno e externo.

Na sequência, especificaremos as atividades que foram realizadas em cada área pela ELEMA, informando, quando pertinente, nome, público-alvo, carga horária e participantes.

A intenção é deixar claro para os nossos leitores a forma que tem se efetivado o trabalho em educação legislativa, sobretudo, de formação política e para a cidadania, realizado por esta Escola Legislativa. De modo específico, busca-se fortalecer a importância que a Escola possui face as demandas deste Poder Legislativo e dos valores democráticos dos quais a ALEMA é guardião.

2. FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

A capacitação profissional dos servidores, dependentes e integrantes dos órgãos estaduais e municipais do Estado se constitui como principal tarefa da Escola do Legislativo, tendo em vista que a sua instrução regimental define como busca a promoção e democratização do conhecimento, de forma a construir uma sociedade que elege o saber como ferramenta fundamental para seu desenvolvimento.

Por esse motivo, muitos foram os cursos e treinamentos desenvolvidos pela ELEMA neste ano de 2023 no intuito de gerar capacitação profissional em diversas áreas, as quais podem ser classificadas da seguinte forma:

a) Cursos de informática:

A área de informática sempre foi o carro-chefe de cursos da ELEMA, já que a mesma possui uma boa estrutura e recursos. Assim, os mesmos estão relacionados com a necessidade da inovação tecnológica dentre os servidores e seus dependentes.

Ao todo foram 11 (onze) cursos ministrados, com 298 (duzentos e noventa e oito) pessoas capacitadas. Dentre as turmas formadas, destaca-se: introdução à informática, Windows, digitação, Word, Excel (inicial e intermediário), internet e Power point.

b) Cursos específicos:

Treinamentos ofertados com vista a atender demandas de setores específicos, em especial, aquelas relacionadas ao manuseio de programas de softwares utilizados na ALEMA. Assim, ao todo foram realizados 4 (quatro) cursos, totalizando 148 (cento e quarenta e oito) capacitações em SIGAP, INOVALEGIS, STARTGOV e sistema de verbas indenizatórias.

c) Cursos e palestras para atender necessidades diversas:

A maioria dos treinamentos ofertados pela Escola se destina às atividades de aperfeiçoamento profissional com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento institucional da ALEMA. Assim, com o objetivo de garantir uma demanda de cursos compatíveis com as prioridades da ALEMA, a Escola programou para este ano cursos que englobam temáticas diversificadas relacionadas com áreas múltiplas de conhecimento, de modo a cumprir o cronograma previamente estabelecido e contemplar a natureza de sua missão, refletida em suas especificidades programáticas. Nesse contexto, 62 (sessenta e dois) cursos e palestras foram efetivados, com mais de 1.867 (mil oitocentos e sessenta e sete) pessoas capacitadas.

Atividade	Público-alvo	Participantes	CH
Nova lei de licitação	Público interno	81	04
Introdução a informática	Público interno e externo	34	04
Windows	Público interno e externo	36	08
SIGAP	Público interno	32	01
Digitação	Público interno e externo	34	18
Formação básica em assessoramento parlamentar	Público interno	81	08
Planejamento da contratação	Público interno	82	08
Word	Público interno e externo	33	18
Educação financeira	Público interno e externo	53	12
Processo legislativo regimental	Público interno	39	10

Atividade	Público-alvo	Participantes	CH
Excel	Público interno e externo	33	18
Lei geral de proteção de dados	Público interno	32	08
Internet	Público interno e externo	31	06
INOVALEGIS	Público interno	08	02
Power point	Público interno e externo	31	08
Primeiros socorros	Público interno	17	04
Curso básico de brigada de incêndio	Público interno	33	12
Inteligência emocional	Público interno e externo	31	25
Emendas parlamentares	Público interno	30	08
Excel intermediário	Público interno e externo	04	20
Curso de preparação para a aposentadoria	Público interno	151	20
STARTGOV	Público interno	65	02
Regimento interno e estatuto do servidor	Público interno e externo	291	09
Todos temos uma história para contar	Público interno e externo	34	02

Atividade	Público-alvo	Participantes	CH
Treinamento do sistema de verbas indenizatórias	Público interno	49	02
Aula de informática - concurso	Público interno e externo	47	02
Oficina literária "sou mulher e muita coisa"	Público interno e externo	10	08
Técnicas de atendimento ao público	Público interno e externo	28	16
Estado de Direito e os Estados-membros na ordem constitucional	Público interno e externo	17	08
Setembro amarelo: alerta, prevenção e conscientização	Público interno e externo	62	02
PPA, LOA e Emendas Parlamentares	Público interno	37	08
Educação financeira e investimento	Público interno e externo	22	24
Seminário Interinstitucional de Direito, Instituições, Segurança e políticas Públicas	Público interno e externo	283	08





3. CONVÊNIOS

Na linha de integração com outras instituições públicas e privadas, destaca-se os convênios realizados pela Escola no intuito de proporcionar novos cursos e treinamentos que, em regra, não poderiam ser incluídos no cronograma anual de suas atividades.

Assim, além de buscar garantir descontos em outras instituições do Estado para a realização de cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) aos seus servidores e dependentes, a ELEMA este ano celebrou um importante convênio com a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), do Tribunal de Justiça, e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), para a formação da primeira turma de mestrado em direito.

Destaca-se o importante papel que a atual presidente desta Casa legislativa, Deputada Iracema Vale, possuiu nesse processo histórico, tendo em vista a aprovação da proposta com apoio financeiro de mais da metade de todos os custos para os 10 (dez) servidores aprovados no referido curso.

Instituição	Público-alvo	Contexto
TJ / EMAP / UNOESC	Servidores da ALEMA	Parceria firmada com vista a formação de 10 (dez) servidores da ALEMA no mestrado em direito da UNOESC, junto a ESMAM e a EMAP.
IPOG	Servidores da ALEMA e parentes diretos (cônjuges, conviventes, irmãos e filhos)	Parceria que proporciona descontos no plano financeiro em cursos de MBA e pós-graduações.
DINTER / UNDB / PUC-RS	Servidores da ALEMA e parentes diretos (cônjuges, conviventes, irmãos e filhos)	Parceria que proporciona descontos no plano financeiro para ingresso no curso de Doutorado Interinstitucional em Direito.
Cursos de pós-graduações / UNDB	Servidores da ALEMA e parentes diretos (cônjuges, conviventes, irmãos e filhos)	Parceria que proporciona descontos no plano financeiro para diversos cursos de pós-graduação ofertados pela UNDB.



4. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A ALEMA desenvolve, por meio desta Escola, 04 (quatro) programas voltados para a formação política e cidadã, visando propiciar aos cidadãos e a públicos específicos (agentes públicos estaduais e municipais) um maior conhecimento sobre assuntos relacionados ao Poder Legislativo. Precisamente, são atividades que se efetivam por meio de projetos educativos ou mesmo palestras na busca de contribuir para o aprimoramento da participação cidadã e o fortalecimento das relações entre sociedade e o Parlamento maranhense.

Abaixo apresenta-se as atividades de educação para a cidadania planejadas e/ou desenvolvidas no ano de 2023, conforme as suas especificidades:

a) Assembleia itinerante:

Programa que visa aproximar os parlamentares da ALEMA aos atores municipais, entre eles a classe política e demais segmentos da sociedade.

b) Parlamento estudantil:

Programa que visa a integração dos alunos das redes de ensino pública e privada do estado do Maranhão com a atividade parlamentar, preparando-os para o pleno exercício da cidadania por meio da elaboração de projetos de lei e debatendo na Assembleia Legislativa temas de grande relevância para nosso Estado. De modo específico, objetiva-se estimular nos estudantes maranhenses a reflexão sobre política local e nacional, o exercício da cidadania e o conhecimento sobre como se organiza e se estrutura uma democracia representativa. Ressalta-se que este ano não foi possível efetivar tal atividade.

c) Visita Cidadã:

Programa que a Escola do Legislativo recebe, a partir de agendamento prévio, escolas da educação básica e de ensino superior, cumprindo um roteiro que inclui atividades no Memorial da Assembleia maranhense, percurso com palestra dialogada pelos principais setores, dinâmicas inspiradas em práticas participativas e palestra sobre o Poder Legislativo. Durante este ano 369 alunos visitaram as dependências da ALEMA.

d) Participação social na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

Esse programa atende a demandas específicas das escolas do ensino superior, oferecendo formação política para os alunos, com as atividades realizadas nas reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da ALEMA. A UNDB foi a universidade que participou dessas atividades, com 103 alunos do ensino superior presentes em reuniões da CCJ.

Atividade	Público-alvo
Assembleia itinerante	Vereadores e prefeitos dos municípios do Maranhão
Parlamento estudantil	Alunos de escolas públicas e privadas do estado do Maranhão

Atividade	Público-alvo	Inscritos	Escolaridade
Visita cidadã	UNDB	150	Ensino Superior
	UNDB	31	Ensino Médio
	Projeto K.asting kids	25	Educação Infantil
	Colégio Paralelo	60	Ensino Médio
	Maple bear	60	Fundamental menor
	Centro Educa Mais Paulo VI	43	Ensino Médio
Participação social na CCJ	UNDB	12	Ensino Superior
	UNDB	13	Ensino Superior
	UNDB	33	Ensino Superior
	UNDB	25	Ensino Superior
	UNDB	20	Ensino Superior





5. INTEGRAÇÃO COM OUTRAS ESCOLAS DE GOVERNO

É possível considerar que o ano de 2023 foi um marco para a Escola do Legislativo no que se refere a sua atuação técnica, política e cidadã. Isso porque, além de oferecer e efetivar a primeira turma de mestrado em direito, a ELEMA também celebrou uma importante parceria entre diversas escolas de formação e capacitação de servidores que se encontram no estado do Maranhão, o que deu origem a uma Rede de Escolas de Governo de todo o Estado.

Tal rede foi constituída mediante protocolo de intenções e, atualmente, tem como composição: Escola de Governo do Maranhão - EGMA; Escola de Socioeducação do Maranhão - ESMA/FUNAC; Escola dos Conselhos - SEDIHPOP; Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão - SES; Diretoria de Ensino e Pesquisa do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão - CBMMA; Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM; Escola do Legislativo - ALEMA; Diretoria de Ensino da Polícia Militar do Maranhão - PMMA e Escola Superior de Controle Externo - ESCEX/TCE, todas com sede em São Luís, Estado do Maranhão.

Trata-se de uma ação voltada para a promoção de cooperação recíproca entre as Escolas de Governo do estado do Maranhão, no sentido de unir esforços para a implementação de ações conjuntas, incentivando o compartilhamento de conhecimentos ou mesmo trabalhos em parceria.

De modo específico, objetiva-se desenvolver ações relacionadas ao aperfeiçoamento do potencial do ser humano, promovendo a capacitação, qualificação e formação dos servidores públicos do estado, tornando-os capazes de enfrentar as novas exigências e paradigmas da gestão pública.



6. APOIO A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EXTRAS

São atividades realizadas por deputados ou demais setores da ALEMA com o objetivo de atender uma demanda de capacitação interna ou mesmo assuntos relacionados ao Poder Legislativo e cidadania, buscando na Assembleia o conhecimento nela produzido. Na Tabela abaixo é possível observar que essas atividades foram efetivadas por meio de audiências públicas, seminários e palestras.

Atividade	Público-alvo	Carga horária
Palestra sobre “o Maranhão no centro do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”	Público interno e externo	04
Audiência Pública sobre “sensibilização do cuidado canguru”	Público interno e externo	03
Audiência Pública sobre “primeira infância”	Público interno e externo	03
Audiência Pública sobre “política e direito – o papel do Ministério Público no Brasil após 1988”	- Alunos do Ceuma, Florence, UFMA, Estácio, UNDB, FACAM; - Sefaz / ALBBA / OAB / IDEA.	03
Audiência Pública sobre “saúde mental no Maranhão”	Diversas instituições do estado (SEDUC, CEUMA, CRPIMA, SEDIHPOF, RCN, SECIC, SES, CAPS III, SAMU, IEMA etc.)	03
Audiência Pública sobre “o conservadorismo na política brasileira e maranhense”	Público interno e externo	04
Seminário Nacional Mulheres no Poder - UNALE	Assembleias e Câmaras Legislativas do Brasil	04
SIDRA - IBGE	Assessores	04
Dia nacional do estagiário	Estagiários da ALEMA	12

7. PROJETOS ELABORADOS

É importante demarcar que a Escola do legislativo, além de promover cursos e treinamentos direcionados para o aperfeiçoamento técnico do seu quadro de servidores ou demais atores externos, neste ano de 2023, planejou outras atividades por meio do seu quadro técnico pedagógico no intuito de implementar programas que pudessem garantir uma maior ampliação de suas ações.

Frente a isso, a elaboração de cada um dos projetos surgiu a partir de estudos realizados sobre aquilo que a ALEMA vinha desenvolvido nos últimos anos ou mesmo de atividades implementadas por outras diretorias, mas que, ainda, não possuíam um respaldo mais técnico ou metodológico bem definido.

Assim, observando a visão, missão e os objetivos definidos no regulamento da Escola em conjunto com a atuação legislativa da Casa, planejou-se projetos que pudessem auxiliar o papel propositivo dos Deputados, como também o desdobramento de outras demandas pensadas pelos diretores, como por exemplo, a participação mais ativa da sociedade no Parlamento, inserção de estudantes nos diversos setores ou mesmo formação de líderes políticos, tendo em vista os diferentes agrupamentos sociais presentes na sociedade maranhense.

Abaixo especifica-se cada um dos projetos pensados pela equipe da Escola do Legislativo no intuito de dar um panorama geral sobre possíveis ações que podem ser implementadas para o ano de 2024.

7.1 A formação para a democracia e a disseminação do saber legislativo

Projeto pensado com a finalidade incorporar a modalidade de educação a distância às atividades da Diretoria de Desenvolvimento Social, promovendo, além de cursos de capacitação para os servidores, ações e produtos dirigidos a diversos segmentos da sociedade.

7.2 Participação e controle social: aproximando o legislativo da sociedade

Projeto que visa publicizar o papel desempenhado pelo Poder Legislativo estadual com o objetivo de fortalecer a sua imagem frente a sociedade maranhense por meio dos seus canais de participação e atuação legislativa. Público alvo: Professores e pesquisadores de instituições de ensino; alunos dos cursos de ensino superior; sindicatos, associações, órgãos de classe e qualquer entidade civil organizada.

7.3 Conexão Alema

Projeto voltado para desenvolver de forma permanente e ativa capacitação e qualificação por meio de cursos e palestras direcionados as câmaras municipais, aos representantes das associações e aos demais segmentos da sociedade, visando aperfeiçoamento do processo democrático.

7.4 Bem-vindos a bordo: programa de ambientação para novos servidores

Projeto que visa criar um programa no âmbito da ELEMA, em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos (DRH), voltado para servidores que ingressarem na Assembleia Legislativa por meio de concurso público ou por nomeação para exercer cargo em comissão.

7.5 Criação de hotsite para a ELEMA: ampliação e integração com o público interno e externo

Objetiva-se dar maior visibilidade às atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo, com maior interatividade desta com seus usuários, tendo em vista a ampliação de nossas atividades para o público externo.

7.6 Estudos e pesquisas: promovendo a reflexão crítica na ALEMA

Objetiva-se organizar as atividades que geram conhecimento nas áreas de interesse do Poder Legislativo que são efetivadas por meio dos cursos de pós-graduação e que têm a participação dos servidores da ALEMA e também demais profissionais de outras instituições. A ideia é elaborarmos revistas anuais com as produções realizadas nos cursos de especialização, para que possa haver ampla publicização das pesquisas e estudos.

Atividade	Público-alvo
A formação para a democracia e a disseminação do saber legislativo	Servidores da ALEMA; Servidores das demais instituições do Estado (Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública entre outros); Câmaras Municipais; Demais segmentos da sociedade.
Participação e controle social: aproximando o legislativo da sociedade	Professores e pesquisadores de instituições de ensino; Alunos dos cursos de ensino superior; Sindicatos, associações, órgãos de classe e qualquer entidade civil organizada.
Conexão ALEMA	Agentes das Câmaras Municipais do Maranhão; Associações e população local do respectivo município.
Bem-vindos a bordo: programa de ambientação para novos servidores	Servidores da ALEMA
Criação de hotsite para a ELEMA: ampliação e integração com o público interno e externo	Interno e externo
Estudos e pesquisas: promovendo a reflexão crítica na ALEMA	Servidores da ALEMA Pesquisadores com pesquisas sobre a ALEMA.

8. PRÓXIMOS PASSOS

E daqui para frente? Os relatórios de atividade da Escola do Legislativo não tratam de olhar apenas para trás, mas também para o futuro. Este relatório é um trabalho contínuo, em andamento; uma forma da ELEMA e da ALEMA acompanharem seu impacto e identificarem oportunidades de melhorias ao longo do tempo. Nesta seção apresentamos o calendário de cursos que serão ofertados em 2024, ressaltando-se que no decorrer do ano podem ser feitas alterações. As atividades foram planejadas a partir do levantamento de necessidades de treinamento e capacitação realizado no mês de novembro, por meio de aplicação de formulário específico (Googleforms) com gabinetes de Deputados e demais diretorias da Casa.

8.1 Sugestão de cronograma de cursos para 2024

Janeiro	Fevereiro	Março
Período de recesso parlamentar.	- Informática (básico); - Comunicação e oratória.	- Inteligência emocional; - Libras; - STARTGOV.
Abril	Maio	Junho
- Língua estrangeira; - Nova lei de licitação; - Produção de conteúdo.	- Educação financeira; - Assessoramento parlamentar; - Direito eleitoral.	- Edição de imagem e vídeo; - Excel intermediário; - Marketing político.
Julho	Agosto	Setembro
Palestras.	- Informática (básico); - Libras; - Língua estrangeira.	- Rotinas administrativas; - Lei Geral de Proteção de dados.
Outubro	Novembro	Dezembro
- Educação Financeira; - Redação oficial.	- Liderança e gestão de pessoas; - Ferramentas para mídias sociais.	- Planejamento de atividades para 2025; - Elaboração de relatório anual; - Recesso parlamentar.

ANEXO

Valores de Cursos Ministrados pela Escola do Legislativo em 2023		
Curso	Valor	INSS Patronal
Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD	R\$ 12.000,00	R\$ -
Inteligência Emocional	R\$ 10.250,00	R\$ 2.050,00
Workshop Empreendendo na Terceira Idade	R\$ 1.600,00	R\$ 320,00
Técnicas de Atendimento ao Público	R\$ 20.200,00	R\$ -
Oficina Sou Mulher e Muita Coisa	R\$ 3.500,00	R\$ -
Estado de Direito e os Estados Membros na Ordem Constitucional	R\$ 8.500,00	R\$ -
Mestrado em Direito - 4 parcelas (setembro a dezembro)	R\$ 47.395,80	R\$ -
Total Geral		R\$ 105.815,80